



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DEZ/19 - FEV/20 | Nº 402 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR



NÃO À MORDAÇA!

AGRESSÕES AO JORNALISMO MARCAM PRIMEIRO ANO DE BOLSONARO; FENAJ CONTA DOIS ATAQUES POR SEMANA

PERFIL DOS JORNALISTAS

Mercado formal encolhe desde 2013

Redução no nível de emprego se concentra nas redações de jornais e revistas

ENTREVISTA

Marcelo Rubens Paiva

“Essa loucura bolsonarista não se sustenta. Ninguém quer esse discurso de ódio.”

MP 905

Categoria defende registro profissional

Fenaj e sindicatos organizam mobilização pela derrubada da medida provisória

EDITORIAL

Mais um tiro do capitão

A Medida Provisória 905, que extinguiu por ora o registro profissional de jornalistas e de outras profissões, encerra um ano pesado de ataques à liberdade de imprensa e à prática do jornalismo por parte do governo de Jair Bolsonaro. Editada em 11 de novembro, com entrada em vigor de imediato, veio na sequência de ameaças e retaliações a profissionais e a veículos de comunicação, e teve como objetivo desorganizar a profissão de jornalista, num momento crucial para a vida do país.

A MP provocou uma ampla e instantânea indignação na categoria – bem registrada nas redes sociais – e levou a uma ágil reação das entidades sindicais, que realizaram nas semanas seguintes manifestações públicas, idas às redações para mobilização, contatos com parlamentares, audiências em câmaras e assembleias, manifestos e notas de denúncia. Toda essa ação, de âmbito nacional, foi coordenada pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), que designou 4 de dezembro como Dia Nacional de Luta dos Jornalistas, data que canalizou boa parte das iniciativas.

O ataque de Bolsonaro, naturalmente, não teria o poder de acabar com a nossa profissão, que, no mundo contemporâneo, existe como parte integrante do próprio tecido social. Mas fragiliza o seu exercício, pois a regulamentação profissional – que traz os contornos e as garantias essenciais da atividade – tem no registro o instrumento que dá acesso formal a direitos e prerrogativas. Com a sua extinção, os jornalistas profissionais são chamados a provar sua condição para exercer os seus direitos em caso de questionamentos: alarga-se o campo para ameaças e arbitrariedades contra a atividade jornalística.

111 ataques

Bolsonaro fechou o mês de novembro com 111 ataques à imprensa desde o início do ano, segundo contagem da Fenaj, mais do que dois por semana. Assim, o presidente se mostra inimigo declarado do artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, que determina: “é assegurado a todos o acesso à informação”. É essa a base pétrea da imprensa, que o governo tenta, por todos os meios, amordaçar.

Não se pense, porém, que o interesse dos jornalistas é apenas o de retirar da medida governamental as alusões à sua lei profissional. As entidades representativas decidiram, de maneira categórica, uma posição clara pela derrubada integral da MP 905, que traz embutidas inúmeras medidas de redução de direitos trabalhistas. Como uma categoria essencialmente assalariada, os jornalistas são igualmente atingidos pelos diversos pontos da MP, como o da “carteira verde e amarela”, por exemplo, que ameaça os pisos salariais, ou a mudança que retira os sindicatos da negociação das PLRs (programas de participação em lucros e resultados),

que, atualmente, estão incorporadas nas convenções coletivas da categoria. Ao se colocar na trincheira da derrubada da MP 905, os jornalistas se somam a todo o movimento sindical combativo.

O novo tiro do capitão contra os jornalistas atinge uma categoria já afetada por mudanças econômicas – com a crise das empresas de comunicação – e por medidas institucionais, notadamente as perdas da aposentadoria especial (em 1996) e do diploma específico de nível superior como base da regulamentação profissional, por decisão do STF, em 2009. O perfil profissional que publicamos nesta edição, resultado de um trabalho com o Dieese, mostra essa difícil situação da categoria, e estampa um paradoxo: num momento em que o jornalismo – independente, crítico, de qualidade – é vital para que a sociedade brasileira possa superar o atoleiro no qual se encontra, os jornalistas profissionais se veem submetidos a uma forte precarização das condições de vida e trabalho, que debilita o próprio fazer jornalístico.

O nosso Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo tenta agir em todas as frentes para agrupar pela defesa de nossa categoria. No terreno direto das relações de trabalho, fechamos em dezembro duas campanhas salariais: a dos profissionais de Rádio e TV, na qual obtivemos a reposição integral da inflação nos salários (3,37%); e a de Jornais e Revistas da Capital, na qual, seis meses depois da data-base, conseguimos ampliar pontos importantes da Convenção (assédio moral, assédio sexual e defesa judicial), mas o reajuste pela inflação (4,78%) só atingiu plenamente os salários até R\$ 10 mil. De qualquer forma, foram dois acordos aprovados com expressivas votações

nos locais de trabalho, que mostram um sindicato de luta, que amplia gradativamente sua sindicalização nas redações.

Novo Unidade

O destino deste sindicato – sua própria existência neste ano que entra – depende decisivamente de que os jornalistas se liguem a ele, o sustentem e o ampliem. Este novo projeto editorial e gráfico para o jornal Unidade faz parte deste esforço de aproximação com os jornalistas, de forma a tornar a comunicação com a categoria mais integrada e relevante: o cotidiano das lutas sindicais, as notícias quentes, são veiculadas no site, whatsapp, facebook; as comunicações são enviadas por e-mail; o Unidade passa a ser destinado sobretudo para reportagens, entrevistas, artigos de opinião, colunas, história e memória.

Trata-se de um projeto em construção permanente. Esperamos que esta edição seja do agrado dos leitores, e principalmente que seja útil para a construção e o fortalecimento de um Sindicato que pretende cumprir também a função de espaço de debates para ajudar os jornalistas a construir o futuro de sua profissão. Boa leitura!

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ORGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Priscilla Chandretti
Editor Chefe Sérgio Kallil **Editor Contribuinte** Carlos Mello **Jornalista** Adriana Franco **Dia-gramação** Fábio Bosqué **Capa** Latuff

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosqué, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourir, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Impressão: Brasigraf – Tiragem: 5.000 – Fone (11) 4777-1117.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 – Sobreloja, CEP 01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Paulo Zocchi **Secretária-geral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças** Cláudio Soares **Secretário do Interior** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais** André Freire **Secretária de Sindicalização** Lilian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional** Ana Flávia Marx

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Minadeo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, Erica Aragão, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kallil, Solange Melendez e Thiago Tanji

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)
Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

DIRETORES REGIONAIS

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes **Campinas** Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant’Ana **Ribeirão Preto** Aurení Meneses **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caramez

DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Agildo Nogueira Júnior, Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferezim, Gustavo Franco Anunciato, Martin Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão **Ribeirão Preto** David Radessca, José Luiz Lançoni, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Rattton, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Del Aquila e Victor Cruz

CONSELHO FISCAL

Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bongiovanni e Norian Segatto

COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

RESENHA

Retrocessos com governo Bolsonaro dão o tom a novo romance de Chico Buarque

por João Luiz Marques*

O novo livro de Chico Buarque, “*Essa gente*”, publicado pela Companhia das Letras, começa com uma carta datada de 30 de novembro de 2018 do personagem principal dessa história, o escritor Manuel Duarte, endereçada ao seu editor. A narrativa é composta por capítulos curtos e datados, em forma de diário, que vão até 29 de setembro de 2019. Nessa carta, para justificar o atraso da entrega dos originais de um novo livro, prometido para o final de 2015, o escritor se queixa de seus problemas e acrescenta, que se “não bastassem os perrengues pessoais, ficou difícil me dedicar a devaneios literários sem ser afetado pelos acontecimentos recentes no nosso país”. Diz que agora pretende se isolar nas montanhas por uns meses “a fim de o regalar com um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias”, mas antes lhe pede outro adiantamento.

Autor de um best-seller, seu livro de estreia, publicado há quase vinte anos, “*O Eunuco do Paço Real*” e de outros onze títulos, o escritor-narrador vive bloqueio criativo, agravado pela sua situação financeira e afetiva. Já está separado da primeira mulher, Maria Clara, que revisava seus originais e, dizem, reescrevia grande parte do livro. Com ela teve um filho, com quem pouco conversa. Separado também da segunda, Rosane, que mora em um apartamento de alto luxo, na quadra da praia do Leblon, onde Duarte também morava. Hoje, ela mantém, próximo à janela desse apartamento, a estátua dourada de um homem, em tamanho real, portando uma faixa presidencial. Sozinho, Duarte mudou-se para outro apartamento no Leblon, de onde deve três meses de aluguel e sofre ação de despejo.

Chico Buarque começou a escrever esse livro em outubro de 2018, quando encerrou a turnê do álbum “*Caravanas*”, logo depois, Bolsonaro foi eleito e vieram os “acontecimentos recentes”, que tanto atrapalharam a inspiração criativa do escritor-personagem. Porém, apesar das muitas referências autobiográficas, o escritor-autor resistiu bravamente e entregou seu sexto romance, o que deve ter deixado o seu editor Luiz (Schwarz) feliz, ao contrário de Petrus (Müller), o editor de Duarte. Diferente do livro anterior, “*O irmão alemão*”, que também traz referências autobiográficas – o personagem vai atrás de um irmão na Alemanha, filho que

seu pai teria tido antes do casamento com sua mãe – e cria relações afetuosas entre os personagens da história, neste, toda essa gente, no geral, só mostra afetos ligados à destrutividade. Talvez seja, mesmo, por ser um retrato do Brasil atual. Exceto por “*Estorvo*”, seu primeiro romance, em que, como neste, a narrativa mistura sonho e realidade e nela, o narrador vaga perdido e solitário, “*Essa gente*” deve ser o livro mais pessimista de toda a sua ficção.

Entre os acontecimentos recentes encaixados, de diversas formas, nessa história, estão o decreto presidencial que permite ter quatro armas de fogo em casa; elogios ao plano econômico feitos por frequentadores de Country Clube; espancamento de um indígena; assaltante tomando tiro na testa, depois de se render e já caído, morto, ainda leva uma saravada de balas à queima-roupa; lançamento da campanha Brasil: O Futuro é Hoje; soldados disparando oitenta tiros contra carro de família e matando músico negro; e tantos outros. Mesmo com toda essa crua realidade, a história tem humor, muitas vezes cáustico e também uma dose de lirismo, como num trecho do livro em que o personagem faz uma declaração, que poderia revelar, também, o segredo do autor em continuar criando tanto, apesar dessa gente:

“Há manhãs em que desço as persianas para não ver a cidade, tal como outrora recusava encarar minha mãe doente. Sei que às vezes o mar acorda manchado de preto ou de marrom espumoso, umas sombras que se alastram do pé da montanha até a praia. Sei dos meninos da favela que mergulham e se esbaldam no esgoto do canal que liga o mar à lagoa. Sei que na lagoa os peixes morrem asfixiados e seus miasmas penetram nos clubes exclusivos, nos palácios suspensos e nas varandas do prefeito. Não preciso ver para saber que as pessoas se jogam de viadutos, que urubus estão à espreita, que no morro a polícia atira para matar. Apesar de tudo, assim como veneno a mulher incauta que me deu à luz, estarei condenado a amar e cantar a cidade onde nasci.”

Nos últimos capítulos, a personagem Rebekka, holandesa, moradora do Vidigal, mulher do guarda-vidas que salvou Duarte de um afogamento, o encontra, todas as tardes, em seu apartamento, para traduzir para o inglês o livro que ele, finalmente, está escrevendo. Assim, seguem duas histórias paralelas, que se misturam, se confundem e levam ao final de “*Essa gente*”.



NÃO PRECISO VER PARA SABER QUE AS PESSOAS SE JOGAM DE VIADUTOS, QUE URUBUS ESTÃO À ESPREITA, QUE NO MORRO A POLÍCIA ATIRA PARA MATAR.”

“*Essa gente*”, de Chico Buarque

LIVREIROS

Indicações de leitura para jornalistas

por João Luiz Marques*

O que escrevem os autores brasileiros contemporâneos? Com essa questão, há sete anos, montamos um grupo de leitura que acompanha essa produção. Nesse período lemos mais de 70 autores e esses são alguns exemplos.

■ Pontos de fuga, de Milton Hatoum.

Neste segundo volume da sua trilogia, que entrelaça o período da ditadura militar brasileira aos anos de formação de um grupo de jovens, o protagonista deixa Brasília e retorna a São Paulo, sua cidade, onde ingressa na faculdade de arquitetura da USP e passa a morar numa república de estudantes no bairro da Vila Madalena.

■ Mulheres na luta armada,

de Maria Cláudia Badan Ribeiro. O livro fala das mulheres que lutaram contra a ditadura e romperam com a sociedade e suas famílias, que as queriam casadas, recatadas e do lar, e foram conquistar seu espaço no mundo. Muitas vezes isso fica oculto pelas lutas feministas europeias e estadunidenses tão importantes nos anos 70.

■ Um defeito de cor,

de Ana Maria Gonçalves. Inserido em um contexto histórico importante na formação do povo brasileiro e narrado de uma maneira original e pungente, o livro conta a história de uma africana idosa, cega e à beira da morte, que viaja da África para o Brasil em busca do filho perdido há décadas. Ao longo da travessia, ela vai contando sua vida, marcada por mortes, estupro, violência e escravidão.

■ A ocupação, de Julián Fucks.

Construída em capítulos breves, a narrativa se alterna entre os encontros do escritor com alguns moradores de um edifício ocupado no centro de São Paulo, o temor da perda do pai hospitalizado e as expectativas em torno da gravidez de sua mulher e a paternidade.

■ Agora serve o coração,

de Nei Lopes. Em um romance que recria a periferia carioca, o autor passa por diferentes facetas de um ambiente caótico, debruçando-se sobre a criminalidade, a politicagem e a intolerância religiosa que marcaram determinadas regiões periféricas do Rio de Janeiro.

* *Livreiro, escritor e jornalista*

por Benjamin Magalhães*

Iniciei minha carreira de leitor não nas peripécias de Emilia, Pedrinho e Narizinho, mas sim nas páginas do Jornal do Brasil, que meu pai buscava diariamente na banca de jornal perto lá de casa. Comecei pelas páginas de futebol, acompanhando meu time e fui passando paulatinamente a ler o Caderno B e depois, na adolescência, cheguei na seção de política e na parte internacional. Digo isso para explicar o fascínio que sempre tive pela atividade jornalística e meu gosto por livros, já adulto, de histórias e personagens da Imprensa.

Abaixo, cinco dicas de clássicos do jornalismo.

■ A Regra do Jogo,

de Cláudio Abramo. Cláudio Abramo conta sua vida e vai descrevendo como se passam as relações dentro das redações e com os proprietários de jornal.

■ O Circo do Desespero,

de Audálio Dantas. Um livro de reportagens, a base de qualquer bom periódico, daquele que, entre outras coisas, foi o “descobridor” da escritora Carolina Maria de Jesus.

■ Notícias do Planalto,

de Mario Sérgio Conti. Versa sobre a relação do repórter com suas fontes, que o autor nos conta em detalhes.

■ Minha Razão de Viver,

de Samuel Wainer. É o já clássico relato de Samuel Wainer sobre suas relações com o poder e a trajetória de repórter dos Diários Associados a proprietário do importante Última Hora, que tanto movimentou a política na metade do século passado.

■ Enquanto houver champagne,

há esperança, de Joaquim Ferreira. Biografia de Zóimo Barroso do Amaral em que o autor Joaquim Ferreira nos conta um pouco da relação do repórter com sua cidade, elite, ampliando assim a visão deste mundo tão complexo e fascinante da imprensa social que flertava com a economia, a política e o esporte.

* *Livreiro.*

SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL

Plebiscitos aprovam acordos em rádio e TV e impressos

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) foi às redações, em novembro e dezembro, para consultar a categoria sobre o prosseguimento das Campanhas Salariais 2019-2020.

Por meio de plebiscito, os jornalistas de rádio e TV e jornais e revistas da capital foram consultados sobre as propostas das empresas.

Rádio e TV

Logo após submeter a pauta de reivindicações aprovada pela categoria para o sindicato patronal, o SJSP recebeu uma ligação com a proposta das empresas para renovar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e reajustar os salários e demais cláusulas econômicas pelo índice da inflação acumulado no período.

A proposta feita pelas empresas, no entanto, condicionava a renovação integral do Acordo e o reajuste pela inflação apenas se a proposta fosse aceita antes da data-base em 1º de dezembro e, por isso, o plebiscito aconteceu antes de o índice inflacionário do período ter sido divulgado.

A categoria aprovou de forma massiva e 94% dos jornalistas votantes aceitaram renovar a CCT. O índice final de 3,37% pelos quais os salários e as cláusulas econômicas foram reajustadas foi divulgado no início de dezembro.

Jornais e Revistas

Após seis meses de negociação, as empresas de jornais e revistas da capital elevaram a proposta de reposição inflacionária de 4,78% para salários de até R\$ 10 mil e valor fixo de R\$ 478 para os demais salários. A proposta anterior propunha reposição para salários de até R\$ 7 mil e aumento fixo de R\$ 334,60. O sindicato patronal alega que a proposta chegou ao seu limite, tendo, inclusive, empresas que se opõem ao valor proposto. Com isso, o SJSP foi às redações do segmento para consultar a categoria, que aceitou a proposta com 85% dos jornalistas favoráveis.

Durante as sete rodadas de negociação, o SJSP insistiu no aumento real e, diante da dificuldade em avançar com a proposta, defendeu a reposição inflacionária para todas as faixas salariais. O pleito se converteu em uma recomendação na CCT que sugere que as empresas que possam conceder correção de 4,78% em todos os salários, ampliem a possibilidade de ganho real da categoria.

O índice de 4,78% também será aplicado nas demais cláusulas econômicas, exceto na PLR, e as diferenças salariais relativas à data-base de 1º de junho poderão ser pagas até março de 2020. As cláusulas sociais garantiram avanços com as novas redações nas cláusulas de assédio moral, assédio sexual e de defesa judicial dos jornalistas e terão duração de dois anos.

Conheça as novas cláusulas de assédio moral, assédio sexual e defesa judicial.

Cláusula assédio moral

Para prevenir e combater a prática de assédio moral no local de trabalho, as empresas e o Sindicato dos Jornalistas estabelecem o seguinte procedimento de combate ao assédio moral.

Parágrafo 1º O sindicato profissional disponibilizará canal específico, aos jornalistas, para o encaminhamento de denúncias, reclamações, sugestões e pedidos de esclarecimento.

Parágrafo 2º O encaminhamento e a solução das questões suscitadas observarão os seguintes procedimentos:

- apresentação de denúncias, reclamações e pedidos de esclarecimento, devidamente fundamentados, por parte do empregado, ao sindicato;
- o sindicato profissional notificará a empresa sobre a denúncia, prestando todas as informações recebidas sobre o caso, com autorização do denunciante;
- a empresa fará apuração dos fatos e prestará esclarecimentos ao sindicato profissional, sobre os fatos apurados e as medidas tomadas, caso a denúncia se confirme;

Parágrafo 3º Compete ao sindicato profissional signatário decidir sobre o encaminhamento à empresa, ou não, da denúncia a ele formulada.

Cláusula de proteção à vítima de assédio sexual

Os jornalistas profissionais que, vítimas de assédio sexual, por profissional da empresa no local de trabalho, ou no cumprimento de pauta jornalística, realizarem denúncia formal ao Poder Público, terão por parte da empresa, a garantia de que não serão divulgados o nome ou qualquer informação que possa identificar a vítima, sem anuência desta.

Parágrafo único O assediador será punido nos termos da legislação trabalhista.

Cláusula de defesa judicial

No caso de vir o jornalista a ser judicialmente processado, a empresa patrocinará a sua defesa, custeando todas as despesas, até a decisão final transitada em julgado, inclusive eventual condenação pecuniária, desde que a matéria objeto do processo tenha sido autorizada por superior hierárquico, não fuja a orientação que este tenha dado.

Parágrafo 1º O disposto nesta cláusula se aplicará mesmo que haja rescisão do contrato de trabalho entre o jornalista e a empresa.

Parágrafo 2º Recomenda-se que as empresas orientem a defesa técnica do jornalista a suscitar desde o início do processo a tese jurídica de que eventual condenação pecuniária seja adequada às condições financeiras do jornalista, e não da empresa.



Joana Cortês, da EBC, relata, pela primeira vez em público, o assédio sofrido

ASSÉDIO

Evento expõe frequência do assédio no jornalismo

As Campanhas Salariais de 2019-2020 levaram para a mesa de negociação um pleito importante para a categoria: o aprimoramento das cláusulas de assédio moral e de assédio sexual.

Como forma de proteger jornalistas nos locais de trabalho ou no cumprimento das pautas, a cláusula de assédio moral estabelece procedimentos para que os jornalistas denunciem por meio do Sindicato dos Jornalistas, mantendo-se anônimas. Nestes casos, é o Sindicato que fica responsável por notificar a empresa, caso a denunciante autorize, e a empresa fica responsável por apurar os fatos, prestar esclarecimentos e informar as medidas tomadas, caso a denúncia se confirme. Já nos casos de assédio sexual, a cláusula de proteção prevê anonimato para as vítimas que fizerem denúncia formal ao Poder Público.

A secretária de Sindicalização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), Lilian Parise, destaca que, infelizmente, as mulheres ainda são alvo preferencial dessa violência e que o sofrimento e o dano causado pelos assédios a jornalistas é imenso. “A prática de assédios moral e sexual é atualmente uma triste realidade que já virou rotina, colocando em risco a saúde física e emocional dos jornalistas. São práticas que sempre mereceram o repúdio do Sindicato e exigem o combate coletivo”, afirmou.

Assédios Moral e Sexual no Jornalismo: como combater

Em novembro, o SJSP e o Coletivo Sindicato é Pra Lutar levaram o tema a debate no auditório do Sindicato. Durante o evento, Joana Cortês, jornalista na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), fez um relato forte, emocionado e impactante do assédio que sofreu. Foi a primeira vez que

a jornalista falou em público sobre o que sofreu. “Não precisa se repetir, uma vez só que você é alvejado você fica marcado para sempre”. É assim que Joana Cortês, (EBC), caracteriza o assédio moral e questiona a caracterização típica do assédio moral como algo recorrente. Segundo ela, o assédio sofrido foi um episódio isolado que, no entanto, gerou diversas consequências.

Depois dela, foi a vez de Maria Tereza Cruz, da Ponte Jornalismo, que abordou o assédio que as jornalistas sofrem de fontes. No relato de episódios vividos por ela, Tereza destacou a importância em sinalizar aos assediadores que o limite razoável foi ultrapassado e, em caso de continuidade, foi taxativa ao dizer que o contato deve ser cortado.

Mariana Pereira do coletivo #DeixaElaTrabalhar relatou outra situação de assédio ocorrida durante o exercício profissional, mas que não partiu nem de colegas de trabalho e nem de fontes e, sim, no exercício da pauta jornalística. Como ela atua no jornalismo esportivo, falou do ataque que partiu da torcida enquanto ela cobria uma partida de futebol. Embora o clube ao qual a torcida pertencia não tenha respaldado a jornalista diante do ataque, Mariana lembrou que publicar o vídeo possibilitou que ela fosse acolhida pelo coletivo #DeixaElaTrabalhar.

Características do assédio moral

A psicóloga Cláudia Lima, especialista em saúde pública e em saúde do trabalhador, explicou as características dos assédios que são marcados por assimetrias de poder existente nas relações de trabalho, onde constrangimentos e humilhações são usados como formas de dominação e controle, muitas vezes dentro de uma estratégia geral das empresas ou instituições.

Na tentativa de caracterizar o assédio moral, Cláudia questionou como é possível tipificar o assédio e indagou: “O que vale mais: a frequência ou a intensidade?”, perguntou à plateia. Segundo ela, estudos apontam que o assédio moral ocorre com maior frequência entre as mulheres. Em relação aos jornalistas, afirmou que as pesquisas apontam para o Brasil como um dos mais violentos para o exercício da profissão, sendo os homens comumente vítimas de violência física e as mulheres, vítimas de assédio moral e sexual no trabalho, inclusive por parte das fontes.

RETIRADA DE DIREITOS

Jornalistas defendem o seu registro

A Medida Provisória 905/19 editada pelo presidente Jair Bolsonaro em novembro deste ano não só ataca e retira direitos trabalhistas ao instituir a carteira de trabalho verde e amarela como afronta o exercício profissional de diversas categorias, entre elas o dos jornalistas, ao extinguir o registro profissional.

Diante de mais este ataque, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) capitaneou um movimento nacional da categoria contra a MP por meio de uma assembleia nacional descentralizada, que aconteceu nos sindicatos de jornalistas de todo o país. Em São Paulo, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) reuniu a categoria que endossou a luta da Fenaj pela derrubada integral da Medida.

Entre as ações aprovadas pelos jornalistas em São Paulo está uma ação de pressão aos parlamentares eleitos pelo estado para que rejeitem a medida e a articulação com demais entidades e categorias atingidas pela MP.

Em 29 de novembro, Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a diretoria da Fenaj realizaram, com a presença de representantes de mais de 20 sindicatos de jornalistas do Brasil, a primeira manifestação pública contra a MP, reunindo jornalistas, radialistas, bancários e artistas nas escadarias do Teatro Municipal. No Dia Nacional de Luta Contra a MP 905/2019, realizado em 4 de dezembro, o Sindicato promoveu diversas ações. Na capital, levou

às redações um abaixo-assinado pedindo que os parlamentares rejeitem a proposta; no interior, participou de uma audiência pública na Câmara Municipal de Sorocaba se posicionando contra a medida que retira o registro e fragiliza diversos direitos tal como a jornada de trabalho e o sigilo de fonte; e, no litoral, protagonizou mais uma manifestação contra a MP, desta vez na cidade de Santos.

Os jornalistas reunidos na assembleia que aconteceu em São Paulo reforçaram que a edição desta Medida Provisória está inserida no contexto dos sistemáticos ataques à imprensa promovido pelo governo e pelo presidente Jair Bolsonaro. O monitoramento realizado pela Fenaj faz coro com os jornalistas e já contabilizou 111 declarações do presidente deslegitimando o trabalho jornalístico até novembro de 2019. O levantamento inclui ataques a profissionais e à liberdade de imprensa.

Pontos prejudiciais

Ao analisar o texto da Medida Provisória, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo levantou os pontos mais prejudiciais aos jornalistas e à classe trabalhadora. Para o Sindicato, a MP é uma continuação da reforma trabalhista e acentua a retirada de direitos em nome da criação de empregos que não se efetivou com a reforma anterior. Em relação aos jornalistas, o Sindicato reitera que a medida fragiliza o exercício profissional, que já teve a obrigatoriedade do diploma derrubada em 2009.

POSIÇÃO DO SINDICATO E DA FENAJ

Editada em 11 de novembro, a Medida Provisória 905/2019 institui a carteira de trabalho verde e amarela, retirando ainda mais direitos da classe trabalhadora entre 18 e 29 anos, concedendo isenção tributária às empresas e extinguindo a regulamentação de diversas profissões, inclusive a dos jornalistas. Desde a edição da medida, que tem validade imediata para alguns aspectos, a emissão do registro profissional dos jornalistas, o MTb, foi suspensa.

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo se manifestou contra a medida e reiterou que a regulamentação profissional dos jornalistas não deve ser objeto de uma medida de urgência, como uma medida provisória, e destaca que tal ação só se explica em um governo declaradamente inimigo da liberdade de imprensa e do jornalismo. O SJSP também endossa a nota de repúdio emitida pela Fenaj. Para ler as notas, acesse: <http://bitly/Mp905>



Ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em 29 de novembro

ENTENDA OS PRINCIPAIS PONTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA

▶ SALÁRIO

A medida subverte o conceito de salário ao incluir mensalmente o pagamento antecipado de férias, 13º salário, FGTS e da multa rescisória, camuflando o valor realmente pago aos trabalhadores. Além disso, o acréscimo dá uma falsa impressão de ganho aos trabalhadores que, ao final do período trabalhado, sairão sem receber nada de férias, 13º e FGTS.

▶ PISO SALARIAL

A Medida vai valer mais que os Acordos e Convenções Coletivas. Com isso, o piso de diversas categorias poderá ser questionado judicialmente, abrindo a possibilidade de reduzir o piso para menos de 15 salário mínimo. Tal medida não afeta inicialmente os jornalistas, mas não está descartada a possibilidade de judicialização do tema.

▶ REDUÇÃO DO FGTS

Os jovens incluídos na proposta receberão apenas 21,4% do valor que deve ser ordinariamente acumulado no FGTS. Com a redução da multa na demissão e do valor recolhido para o Fundo, o trabalhador com salário de R\$ 1 mil, que deveria receber R\$ 1.400 em caso de demissão após um ano de trabalho, receberá apenas R\$ 300.

▶ INSS NO SEGURO-DESEMPREGO

Outro prejuízo aos trabalhadores é o recolhimento da contribuição no seguro-desemprego. Com a MP, os desempregados terão descontados das parcelas do seguro-desemprego a contribuição ao INSS.

▶ DEMISSÕES MAIS BARATAS

O texto estabelece o fim da multa adicional de 10% do FGTS para as empresas e torna as demissões mais baratas.

▶ ISENÇÃO ÀS EMPRESAS

A MP isenta as empresas de pagar INSS sobre a folha salarial, afetando a previdência social. O alarmado déficit da previdência, usado para reduzir os direitos previdenciários dos trabalhadores e aprovar a prejudicial reforma da previdência, convenientemente desaparece com essa medida. Assim, o governo reduz a arrecadação patronal para a aposentadoria dos trabalhadores sem sequer problematizar os impactos nas aposentadorias e nas contas do Estado.

▶ PLR SEM NEGOCIAÇÃO SINDICAL

A MP retira a participação dos sindicatos da negociação na Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A medida atinge os jornalistas, que já negociam o pagamento da PLR por meio dos Acordos e Convenções Coletivas.

▶ TRABALHO AOS DOMINGOS

A MP autoriza o trabalho aos domingos com folga compensatória, garantindo apenas uma folga no domingo em até quatro semanas no comércio e serviços e uma folga no domingo a cada 7 semanas na indústria. É mais uma medida que deve afetar o trabalho dos jornalistas, pois o domingo de folga trabalhado é pago dobrado. O SJSP luta pela compensação dobrada para o trabalho aos domingos, garantindo que cada hora trabalhada valha por duas horas de folga.

▶ FIM DO REGISTRO PROFISSIONAL

A MP acaba com o registro profissional de jornalistas e de outras categorias, tais como arquivistas, publicitários e radialistas. Tal medida fragiliza o exercício profissional do jornalismo e desregulamenta várias profissões.

ARTIGO

A VERDADEIRA IMPRENSA AMORDAÇADA, E NÃO É DE HOJE

por Ricardo Melo*

Um prólogo indispensável.

Vamos falar sério: liberdade de imprensa verdadeira no Brasil sempre foi uma quimera. A rigor, nunca existiu plenamente. Hoje, então, muito menos.

Liberdade de imprensa supõe liberdades de manifestação, expressão, opinião. Que, por sua vez, pressupõem direitos iguais, independentemente da condição social e econômica daqueles que querem

fazer sua voz ser ouvida pelos outros.

Qualquer um que tenha um mínimo de consciência e informação – e isso depende muito de requisitos mínimos de sobrevivência – sabe que a liberdade de imprensa tem sido um rótulo que esconde a liberdade dos patrões da mídia de falarem o que lhes interessa. Quem já trabalhou em pequenas, médias e grandes redações sabe que os interesses dos donos se sobrepõem na grande maioria das vezes à imparcialidade diante dos fatos.

Tais interesses se afirmam seja por recursos de edição, seleção de pautas, listas de “assuntos proibidos” ou simplesmente pelo veto àquilo que não importa aos que detêm o controle dos principais veículos de informação. Quantos jornalistas já não foram interditados ao tentar publicar uma notícia, um fato, um registro que desgostasse seus chefes?

No Brasil, a situação é ainda mais extrema. A grande mídia local caracteriza-se pelo oligopólio na produção e monopólio de opinião. Glenn Greenwald, que dispensa maiores apresentações, chegou a dizer que nunca viu um país com tamanha concentração no setor de comunicações escritas, televisadas, eletrônicas ou de radiodifusão.

Medidas elementares de democratização inexistem no Brasil. Mesmo em países como os Estados Unidos seria impensável uma mesma família controlar uma emissora de televisão, um jornal, um portal, veículos impressos e rádios sem nenhum tipo de restrição. Por aqui, as tímidas iniciativas de desmontar os oligopólios têm sido tachadas de “tentativas de censurar a imprensa livre”. Como se liberdade de informação se confundisse com o direito feudal de menos de dez famílias perpetuarem o direito de manipular a seu bel prazer o que pode ou não chegar ao conhecimento público.

Por estas bandas, a liberdade de imprensa tem significado a prerrogativa dos detentores do poder econômico de falar o que lhes aprouver. Quando estes interesses são afrontados, os tubarões se fantasiam de sardinhas indefesas, vítimas de artimanhas autoritárias. Mas são os primeiros a investir contra qualquer iniciativa de democratizar as comunicações no Brasil.

NO BRASIL, AS TÍMIDAS INICIATIVAS DE DESMONTAR OS OLIGOPÓLIOS TÊM SIDO TACHADAS DE “TENTATIVAS DE CENSURAR A IMPRENSA LIVRE”. A CONCENTRAÇÃO EXISTENTE AQUI SERIA IMPENSÁVEL NOS EUA

Cerco à EBC

Veja-se o que aconteceu com a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Seu surgimento, em 2008, não fazia outra coisa exceto colocar em prática princípios da Constituição de 1988. Esta prevê três níveis de comunicação: a oficial, voltada a divulgar atos do governo; a privada, entregue a grupos não-governamentais; e a pública, destinada a abrir espaço à manifestação livre e desimpedida dos setores sociais mantidos à margem pela mídia gorda por defenderem propósitos distintos.

Desde que foi criada, a EBC foi alvo de ataques cerrados da mídia preponderante. Sob o argumento de “baixa audiência”, o baronato das grandes famílias desfechou uma ofensiva sem precedentes contra a comunicação pública. O ápice ocorreu na época do golpe contra a então presidente Dilma Rousseff (PT).

As forças golpistas – mancomunadas com um Parlamento de fancaria, um Judiciário genuflexo e a mídia alinhada com o grande capital – trataram de eleger a EBC como um de seus inimigos principais. O que mais irritou todos estes setores reacionários foi a disposição da empresa de fazer jus aos preceitos que levaram à sua criação. Dar voz aos que não têm voz, abrir espaço para quem era a favor e contra em igualdade de condições, sem preconceitos, mas também sem se curvar a interesses comerciais e políticos de momento.

Após manobras sucessivas, chicanas judiciais e subserviência parlamentar, o intento dos adversários da comunicação livre foi momentaneamente conquistado. Hoje a EBC não passa de porta-voz descarada do governo de plantão, um entreposto de militares obscuros a se suceder uns a outros na direção da empresa.

Por que citar a EBC e tudo acima? Para ilustrar como o conceito de liberdade de imprensa, no Brasil, sempre foi relativo antes e durante o governo de Jair Bolsonaro, objeto de momento. Para mostrar como as condições políticas de conjunto condicionam o grau de liberdade de comunicação.

Não por acaso a EBC foi criada, conseguiu florescer e assumir alguma importância durante governos que demonstraram um compromisso, mesmo oscilante, com interesses da maioria da população. A liberdade de imprensa não existe no vácuo, como verdade absoluta acima do que acontece no entorno. Isso determina também suas gradações.

Faces da mesma moeda

Não é indiferente, por óbvio, que hoje no Brasil se respire alguma liberdade manifestação. Quem viveu a época da ditadura militar sabe a importância de poder falar, escrever e expor ideias sem a presença de censores em redações, tanques no asfalto e



soldados prontos a encarcerar opositores. Assim como é ilusório pensar em liberdade imprensa plena com a supremacia do poder econômico, também é fora de propósito desconsiderar espaços conquistados pela força da vontade popular.

Vivemos um momento em que um governo reacionário, fraudulento, eleito na base da manipulação ostensiva e, vamos combinar, unido com o apoio da mesma mídia que hoje choraminga contra “excessos”, coloca em xeque até mesmo pequenos legados democráticos. Para preservá-los, visando a sua ampliação, é inútil esperar que o baronato da mídia ocupe a linha de frente.

Quando Bolsonaro ataca jornalistas, seleciona órgãos de informação em licitações e direciona verbas públicas a apaniguados, não há por que transigir. Por trás disso, existe o intento de anular qualquer tipo de oposição “escrita” ao seu ideário de cunho fascista, mesmo que venha de setores aliados na essência.

O paradoxo salta aos olhos: as mesmas famílias que reclamam do “autoritarismo” do governo derramam-se em elogios às contrarreformas que liquidam direitos do povo, perpetuam e tendem a amplificar as desigualdades sociais que retroagem o Brasil à condição de colônia. Como se o totalitarismo de Bolsonaro não fosse apenas a outra face da moeda de sua política socioeconômica liquidadora do Brasil como nação independente.

Esse filme já passou, com outras cores e intensidade, durante a ditadura militar instaurada em 1964. À exceção da Última Hora, comprometida com João Goulart, a mídia predominante apoiou em uníssono o golpe militar.

Feito o serviço, cada um dos barões, a seu modo, começou a cobrar a sua fatia do bolo cevado com o sangue e o silêncio da maioria da população. Timidamente, é claro, pois o mais importante era eternizar o sistema baseado em privilégios dos donos do dinheiro. Décadas após, assistimos à “autocrítica” de vários órgãos de informação quanto ao apoio dado ao massacre das liberdades a partir de 1964. Depois que o mal (para eles, o bem) foi feito, sempre é confortável posar de donzela arrependida.

O PARADOXO SALTA AOS OLHOS: AS MESMAS FAMÍLIAS QUE RECLAMAM DO “AUTORITARISMO” DO GOVERNO DERRAMAM-SE EM ELOGIOS ÀS CONTRARREFORMAS QUE LIQUIDAM OS DIREITOS DO POVO TRABALHADOR

Hoje a situação é diferente por vários motivos, entre os quais o advento da internet. Abriu-se um espaço aparentemente “sem controle”, em que coletivos independentes, blogs, portais, questionam a narrativa tanto dos “de cima” quanto de seus epígonos na mídia. Jornalistas Livres, Mídia Ninja, Conversa Afada, Cafezinho, 247, CGN e tantos outros oferecem um contraponto permanente, cada um de sua maneira, às mentiras esparramadas pela mídia predominante. Mal ou bem, trata-se de uma fresta de liberdade inexistente em épocas anteriores e que dificulta intentos totalitários.

Tolice se iludir, contudo. Como se viu nas últimas eleições, o poder econômico tem seus meios de também ocupar este espaço. Robôs eletrônicos contratados a peso de ouro (público!) intoxicam a vontade popular; portais e sites encomendados se encarregam de propagar a desvirtuação de fatos; e gigantes como Google e Facebook já se mostraram permeáveis, para dizer o menos, à volúpia de engordar seus próprios cofres em troca de facilidades concedidas aos senhores da bolada. A esperança de que a internet seria uma terra de ninguém cada vez mais se torna apenas uma esperança.

A propósito, é interessante notar que a grande mídia, tão ciosa da “liberdade de imprensa” quando se trata de defender o direito de seus proprietários, mantenha um silêncio sepulcral diante do cerco à mídia independente.

Desde o governo de Michel Temer, foram estranguladas as verbas públicas destinadas a publicações, eletrônicas ou não, desalinhadas com as propostas golpistas. A situação, claro, agravou-se com o governo miliciano que tomou de assalto o Planalto. Tente-se achar na Folha, Estadão, Globo, além de TVs e entidades que se dizem representativas da imprensa livre, qualquer tipo de manifestação de protesto contra esse ataque ostensivo ao direito de informação. Aliás, nem tente. Será perda de tempo.

A verdadeira liberdade de imprensa, mais do que nunca, depende da ação da maioria do povo em defesa da democracia. Impossível falar de democracia com tamanha desigualdade social, num cenário em que uma porção irrisória da população absorve o pedaço de leão da renda produzida pela maioria nacional.

No caso dos jornalistas orgulhosos desse nome, isso inclui a valorização da categoria – o que não se confunde com exigência de diploma específico. Mais importante, por exemplo, é combater a asfixia financeira dos sindicatos representativos, preservar requisitos mínimos para o exercício profissional e sobretudo incorporar os milhares de jovens e abnegados atraídos pelos coletivos independentes. Antes que seja tarde. ■

*Ricardo Melo foi presidente da Empresa Brasil de Comunicação e atualmente apresenta o programa Contraponto, na rádio Trianon de SP - AM 740. Exerceu diversas funções jornalísticas em veículos como Folha de S.Paulo, Exame, Diário de São Paulo, TV Globo, SBT e TV Bandeirantes.

PERFIL JORNALISTAS SP

O EMPREGO ENCOLHE

LEVANTAMENTO DO DIEESE FEITO PARA O SINDICATO MOSTRA O EFEITO PARA A CATEGORIA DA CRISE QUE ATINGE OS VEÍCULOS, SOBRETUDO OS IMPRESSOS por Paulo Zocchi

Os jornalistas de São Paulo perderam 3.368 empregos com registro em carteira de 2013 a 2018, segundo recente estudo feito pelo Dieese para o Sindicato. É uma redução de quase 20% no mercado formal de trabalho da categoria, em seis anos: de 16.972 vagas para 13.604. Com isso, o total de empregos voltou ao patamar de dez anos antes (veja o gráfico na página ao lado). Considerando-se que a categoria no Estado é estimada em 42 mil profissionais, cerca de 8% ficaram desempregados nesse período, e apenas um terço dos jornalistas mantém empregos com registro em carteira no setor.

O segmento mais atingido foram as empresas de jornais e revistas, área na qual o emprego formal diminuiu de forma consistente desde 2010 (quando havia 3.507 jornalistas empregados), e que, de 2013 a 2018, perdeu 2.174 vagas (passando de 3.347 para 1.173). A redução acelerou-se nos dois últimos anos, e deu um salto em agosto de 2018, quando a editora Abril, de uma só vez, colocou na rua cerca de 150 jornalistas (no bojo de 800 demissões, incluindo gráficos e administrativos).

O setor de rádio e televisão manteve estável o seu nível de emprego nos últimos anos, e responde hoje por quase um quarto dos jornalistas contratados no Estado, contra apenas 8,6% que estão hoje na mídia impressa (veja o gráfico na página ao lado). O fato de a internet aparecer com apenas 3,5% dos empregos sugere uma informalidade ou subnotificação do registro jornalístico no setor, cujo crescimento se nota por quem acompanha o noticiário cotidiano.

Salários menores

A redução do emprego formal no setor de jornalismo é acompanhada por um corte similar na massa salarial total da categoria, mas ainda mais agudo, por que, além de reduzir as redações, as empresas também demitem profissionais com salá-

rios mais altos e os substituem por outros pior remunerados. Nos últimos anos, as campanhas salariais (com poucas exceções) têm conseguido corrigir os salários pelos índices de inflação, mas, com a rotatividade no emprego, os salários caem. No segmento de jornais e revistas, entre janeiro de 2018 e julho de 2019, o salário médio dos 688 demitidos era de R\$ 6.268,00, e o dos 437 contratados, de R\$ 4.696,00. Além do corte de vagas, o salário médio de contratação era 25% menor.

O grosso dos empregos formais vem do setor privado, com mais de 3/4 do total, como mostra o gráfico na página ao lado. As entidades sem fins lucrativos, com 14,1% dos empregos, são organizações não governamentais, fundações privadas e sindicatos, nas quais o trabalho jornalístico se expande; o setor público responde por quase 10%.

Os dados para a elaboração deste perfil são oficiais e foram apurados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Economia e Estatística), ao qual o Sindicato é filiado, tomando por base a Rais (Relação Anual de Informações Sociais), relatório feito anualmente pelo governo federal com base nos registros do emprego formal. Os números de 2018 foram divulgados em novembro, e a seleção das funções típicas de jornalismo descritas no Código Brasi-

leiro de Ocupações foi feita pelo Sindicato. Nesta reportagem, há também informações extraídas pelo Dieese da Pnad, pesquisa feita pelo IBGE, por amostragem, em domicílios – como a estimativa do número total de jornalistas no Estado, incluindo os que não têm vínculo formal de emprego –, e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do governo federal, que traz dados mensais sobre contratações e demissões. Como as três pesquisas trabalham com bases diferentes, as comparações entre os números extraídos de cada uma são aproximativas e indicam basicamente tendências.

A redução do emprego formal, sobretudo na mídia impressa, é uma expressão da crise econômica que atinge o setor há anos, e que se agrava. Sua principal causa é o advento da internet, que mudou a circulação de informação no mundo atual.

Pressão externa

O que vemos é um fenômeno global, mas que, no Brasil, tem características próprias. Isso porque a Constituição determina que os meios de comunicação em nosso país têm de ser propriedade de brasileiros. O capital externo pode ter, no máximo, 30% de participação nas empresas de comunicação que operam no território nacional. Para os constituintes

de 1988, esse dispositivo traduzia a ideia de soberania nacional em um setor considerado estratégico para a vida do país. O fato de brasileiros controlarem a circulação de informações no Brasil deveria ser uma salvaguarda contra a ingerência externa, sobretudo de potências cujos interesses pudessem ser conflitantes com os do nosso desenvolvimento independente.

Após mais de duas décadas de internet, vivemos hoje uma realidade na qual a circulação de informação no Brasil se dá principalmente por meio eletrônico, num cenário dominado por companhias norte-americanas, como Google e Facebook. A lei não as considera empresas de comunicação, mas sim de tecnologia. Não estão subordinadas a regras restritivas, e, em seu modelo de negócio, apropriam-se do material jornalístico elaborado por outros e – criando pouquíssimos empregos na área – fazem-no circular, ampliando sua audiência. Com seu modo de operar, minam as bases das empresas jornalísticas, principalmente as de jornais e revistas, em seus dois pilares: a circulação paga (venda avulsa e assinaturas) e a publicidade, pois drenam os recursos de anunciantes. As empresas brasileiras assistem a tudo sem esboçar qualquer reação significativa.

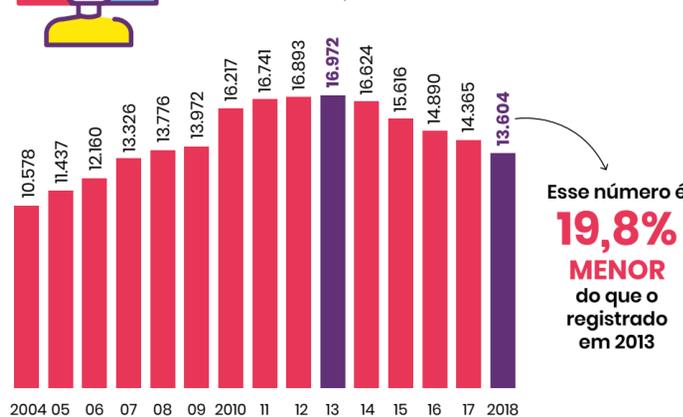
Como resultado, temos um agravamento da crise do “negócio jornalismo”, em uma sociedade com grande necessidade de informações jornalísticas bem apuradas, independentes e de qualidade. Como se sabe, o jornalismo é uma atividade que exige recursos, e os jornalistas profissionais enfrentam um momento de grandes desafios e de dificuldades, do qual os dados aqui publicados dão um retrato. Superar essas dificuldades envolve ações sindicais e políticas da categoria, mas dizem respeito também a diferentes setores da sociedade, pois o jornalismo – com sua independência e sua pluralidade – é um dos fundamentos da democracia.

EM JORNAIS E REVISTAS, DE JANEIRO/18 A JULHO/19, O SALÁRIO MÉDIO DOS CONTRATADOS ERA MENOR DO QUE O DOS DEMITIDOS EM 25%

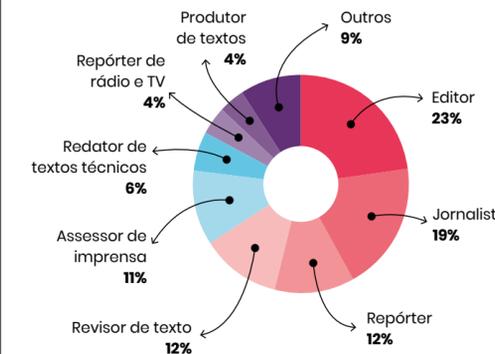
Retrato da categoria num momento difícil

Fonte: Rais - ME **Elaboração:** Dieese (Camila Ikuta e Victor Pagani)

Encolhe o mercado formal do jornalismo
Evolução do número de trabalhadores formais profissionais do jornalismo
Estado de São Paulo, 2004 a 2018



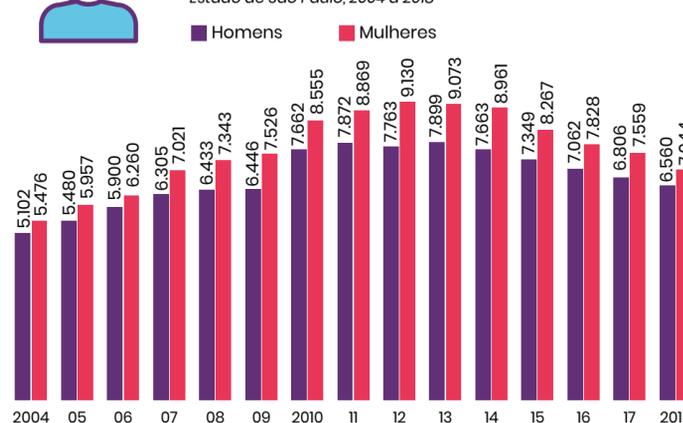
Editor é a função com mais registro em carteira
Distribuição dos profissionais por ocupação
Estado de São Paulo em 2018 (Em %)



O pequeno número de assessores de imprensa mostra que boa parte dos empregadores faz o registro desses profissionais como se não exercessem função jornalística



Mulheres são maioria, mas ainda ganham menos
Número de mulheres no jornalismo
Estado de São Paulo, 2004 a 2018



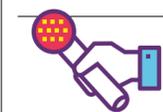
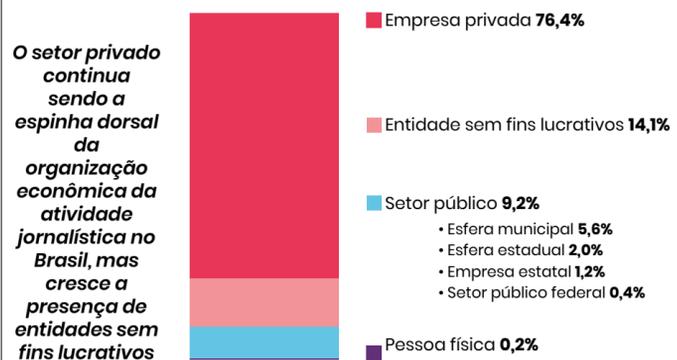
O salário das mulheres é 16,1% MENOR

Salário médio de jornalistas, por sexo e ocupação
Funções escolhidas

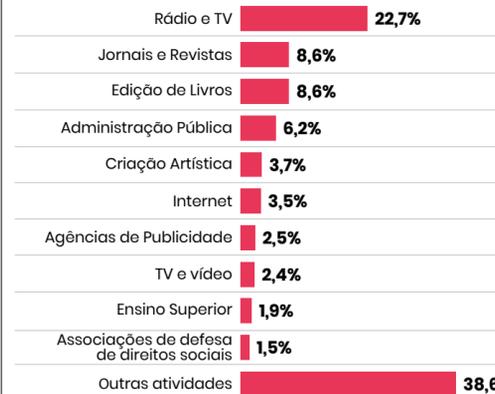
| Ocupação | Masculino | | Feminino | |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | Nº de profissionais | Salário médio R\$ | Nº de profissionais | Salário médio R\$ |
| Assessor(a) de imprensa | 605 | 5.278,10 | 850 | 4.904,60 |
| Diretor(a) de redação | 162 | 20.347,50 | 86 | 14.064,50 |
| Editor(a) | 1.761 | 7.585,40 | 1.352 | 7.791,80 |
| Editor(a) de mídia eletrônica | 172 | 4.939,30 | 185 | 4.617,00 |
| Revisor(a) de texto | 466 | 3.451,50 | 1.142 | 3.674,50 |
| Repórter de rádio e TV | 277 | 7.789,70 | 300 | 7.023,40 |



Setor privado tem mais de 76% dos empregos
Distribuição por natureza jurídica do veículo
Estado de São Paulo, 2018



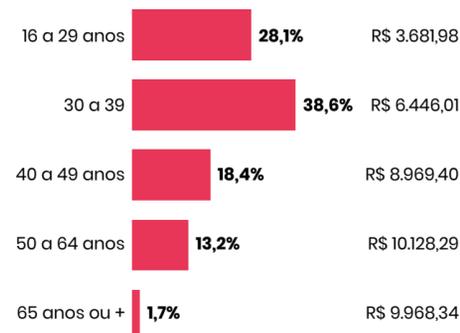
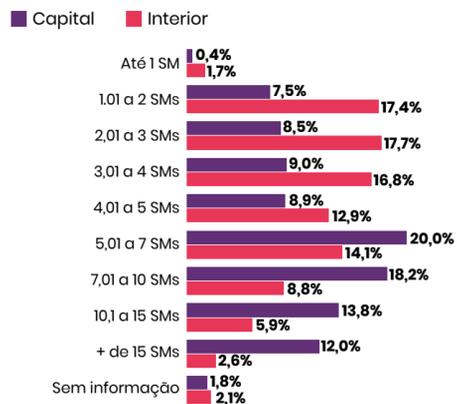
Maior concentração está em rádio e TV
Distribuição dos jornalistas por atividade econômica
Estado de São Paulo em 2018 (Em %)



Somando-se os segmentos de Rádio e TV e Jornais e Revistas, com 31,3% DA CATEGORIA COM REGISTRO EM CARTEIRA, temos o segmento que é a base tradicional e organizada do Sindicato dos Jornalistas

* agrupa os jornalistas empregados em empresas de todos os demais ramos da economia.

PERFIL

**Carreira afunila e salário sobe com a idade**Distribuição por faixa etária e remuneração média
Estado de São Paulo, 2018**Maioria fica menos de 5 anos no emprego**Distribuição por tempo de emprego e remuneração média
Estado de São Paulo, 2018**Salário médio no interior é 43% menor**Distribuição por faixa salarial e região de trabalho
Estado de São Paulo, 2018. Em salários mínimos (em 2018 = R\$ 954,00)**Salário médio na capital: R\$ 8.041,85****Salário médio no interior*: R\$ 4.569,53****Os pisos salariais só protegem os jornalistas de empresas submetidas a Convenções ou Acordos Coletivos**

* Inclui todas as cidades paulistas do interior, litoral e Grande SP, exceto a capital

51,8%

DOS EMPREGOS DE JORNALISTAS NO ESTADO SÃO OCUPADOS POR MULHERES, MAS PERSISTE A DESIGUALDADE NA REMUNERAÇÃO. OS HOMENS RECEBEM, EM MÉDIA, SALÁRIOS 19,1% MAIORES.**Assessoria de imprensa**

Quando analisamos as diferentes formas como os jornalistas são registrados em sua carteira de trabalho, como mostra um gráfico na página anterior, podemos verificar que o termo mais usado é “editor” – atividade presente em todos os segmentos da produção jornalística.

Chama a atenção, porém, a presença relativamente modesta de “assessoria de imprensa”, com 11% dos registros. Sabemos, de forma prática, que o trabalho de assessoria de imprensa expande-se largamente em diversos setores da economia, além do segmento próprio das assessorias de comunicação. Ocorre que as empresas do setor decidiram, nos últimos anos, descaracterizar a função de assessor de imprensa como trabalho jornalístico.

Nosso sindicato tinha, até 2013, uma Convenção Coletiva com o setor, fixando direitos e o maior piso salarial da categoria. Desde então, os empregadores formalizaram sua posição, com argumentos sobre a natureza da profissão. O fundo do problema, porém, é claro: a determinação de acabar com o piso salarial e anular direitos coletivos. Essa questão é de âmbito nacional, e exige tomadas de posição dos próprios jornalistas que atuam na área, junto com os sindicatos, para que se avance na retomada das convenções coletivas.

Maioria feminina

As mulheres são a maioria de nossa categoria há pelo menos duas décadas. Em nosso Estado, ocupavam, no final de 2018, 51,8% dos empregos. A desigualdade salarial, entretanto, persiste: o salário médio dos profissionais do sexo masculino, em 2018, foi de R\$ 7.287,80, no Estado, enquanto o das mulheres foi de R\$ 6.116,70 – 16,1% menor. Na tabela da página anterior vemos as diferenças em algumas funções específicas. No levantamento feito pelo Dieese, das 17 funções jornalísticas listadas, em

apenas quatro os salários médios das mulheres são superiores: editor(a), revisor(a), comentarista de TV e repórter fotográfico(a) (nas duas últimas, porém, o número de mulheres é muito pequeno no total).

Além disso, as mulheres foram mais penalizadas na redução do mercado de trabalho desde 2013. Elas perderam 2.029 empregos (redução de 22,4%), enquanto, para os homens, a perda foi de 1.339 empregos (redução de 17%). Os setores em que as mulheres atuam majoritariamente são os de revisão (71% do total), produção de texto (61,9%), edição de jornal (61,1%) e assessoria de imprensa (58,4%).

Carreira trancada

Os impasses da profissão se traduzem num bloqueio ao desenvolvimento das carreiras de jornalista nas empresas de comunicação. Como se vê no gráfico ao lado, apenas 1/3 dos profissionais têm mais de 40 anos. É pouco mais do que o contingente abaixo dos 30 anos. Os números expressam a difícil realidade das redações atuais, que captam jornalistas jovens com salários modestos, e que, com o passar dos anos – em sua grande maioria – não encontram meios de ascensão profissional.

Se os dados mostram que, com a experiência, o salário sobe – como é natural que ocorra –, também demonstram que há um funil, no qual só a minoria dos profissionais experientes se mantém empregada. Essa realidade é corroborada pelo gráfico seguinte, no qual se verifica que apenas 36% dos profissionais têm mais de cinco anos de empresa. Jovens jornalistas, após anos de trabalho com pouca evolução salarial e de carreira, optam com frequência por outros ramos de atividade, sendo substituídos por profissionais pouco experientes. Trata-se de um dos aspectos que fragiliza o jornalismo no cenário atual.

Interior: salários menores

O levantamento mostra ainda como são grandes as dificuldades fora da capital paulista (que concentra os principais veículos). O salário médio fica 43% abaixo do pago na capital: apenas R\$ 4.569,53, pouco acima do piso salarial de jornais e revistas do interior em dezembro de 2018. Os dados somam as informações de todas as cidades do Estado exceto a capital: Grande São Paulo, litoral e interior.

Vemos aqui uma faceta do cenário de colapso de diversas publicações do interior, que migraram para as plataformas eletrônicas – com redução drástica de suas redações – ou fecharam as portas, incluindo alguns dos jornais mais tradicionais do Estado. Cria-se assim uma lacuna de informações nas regiões que, para os jornalistas, também se apresenta como uma oportunidade de criação de novos canais de informação ligados às necessidades das populações locais, que alicercem sua sobrevivência respondendo de forma positiva ao direito social à informação. ■

ENTREVISTA

Marcelo Rubens Paiva

MUITA LUTA NA RUA, TUDO DE NOVO

Marcelo Rubens Paiva é escritor, dramaturgo, roteirista, jornalista e hoje se define também como blogueiro e ativista. Ao completar 60 anos, agora em 2019, guarda a mesma vitalidade de seu texto, inconformismo e escolhas políticas presentes desde jovem.

Sua escrita é prova disso, inicialmente reconhecida em 1982, com o romance “Feliz Ano Velho”. Período, fins dos 70 e início dos 80, que retoma em “Meninos em Fúria”, de 2016, no qual, além de descrever a sua aproximação com o movimento punk, descreve o desencanto dos anos 80 e sobre a abertura política.

Sua trajetória pessoal foi marcada pelo desaparecimento político do pai, o engenheiro e deputado Rubens Paiva, em 1971, preso, torturado e morto pela ditadura militar. Seu corpo nunca foi encontrado. Apesar da Lei de Anistia, em 2014 um processo contra os executores vivos foi aceito pela Justiça Federal e segue até hoje.

Nesta entrevista, dialogando com Zé Hamilton Ribeiro, Frei Betto, Carlos Alberto Azevedo, Xico Sá, Rose Nogueira, Mônica Zarattini e Sergio Kalili, do Unidade, Marcelo fala de seu processo criativo e crítica as pautas conservadoras e antidemocráticas de Bolsonaro.

Ele mostra sua indignação ao falar do desmonte da cultura em curso, mas dedica tempo para contar sobre seus novos projetos e lançar um olhar otimista sobre a capacidade de o brasileiro superar o atual momento político.



ARQUIVO PESSOAL

“ QUEREM O AI-5 PARA QUÊ? FECHAR O CONGRESSO E APROVAR SUAS REFORMAS? NÃO TEM COMO. TEM QUE FECHAR O SUPREMO TAMBÉM. TEM QUE FECHAR TODO O SISTEMA JURÍDICO.

ENTREVISTA

José Hamilton Ribeiro Qual seu esquema para criar um livro: está tudo na cabeça antes, ou a história vai surgindo na medida da escrita?

Já tive vários métodos. Tive o método de fazer esquema; escrever capítulos; como se fosse uma escaleta... Atualmente uso tudo que estiver na memória. Tenho a ideia de um livro. Penso nela durante anos, às vezes seis, às vezes um, dois. Abro um arquivo no computador, jogo umas ideias. Geralmente no começo do ano, decido começar a escrever. E aí paro todos os projetos paralelos e me dedico a esse primeiro tratamento do livro, ao rascunho, ao copião. Depois, vou elaborando, reescrevendo sem parar. Normalmente começo quando toda a história já está pronta na minha cabeça. É claro que às vezes isso muda.

Unidade O que te levou a não ficar restrito à literatura, mas a fazer teatro, televisão e cinema? Há mais diferenças ou semelhanças na criação dessas formas de comunicação?

Sou um pouco inquieto. Quando escrevi “Feliz Ano Velho”, só fazia teatro. Muita gente dizia que os diálogos do “Feliz Ano Velho” lembravam muito uma peça. Tenho facilidade de escrever diálogos. Envolvi-me com o pessoal que fez a adaptação do livro ao teatro, e o sucesso foi tão grande que pediram para eu escrever uma segunda peça. Percebi que estava verde para a carpintaria teatral. É uma carpintaria muito peculiar. Acabei fazendo um curso de teatro no CPT [Centro de Pesquisa Teatral, criado por Antunes Filho]. Apaixonei-me pelo teatro. Fiquei alternando: oito anos escrevendo peça, depois, romance, aí voltei ao teatro. Mas são completamente diferentes. A mesma coisa em relação ao cinema, à série de televisão. Tem que ligar outro plugue para conseguir, como autor, escrever para um gênero tão particular.

É claro que não é só sentar e escrever. Tem que pesquisar a linguagem do teatro, do cinema, série. E aprender com quem sabe. Comigo foi assim.

Unidade Muito do que está nos seus livros e roteiros, no que você faz é autobiográfico?

Tem muito de autobiográfico, sempre. Claro que às vezes são personagens de época, personagens reais, mas sempre tento jogar-me na história, saber por que estou escrevendo aquilo, por que me comove, em que aquilo me emociona, mobiliza. Por exemplo: fiz o roteiro do filme do Casa Grande sobre dependência química. Por que fiz aquele filme? Nunca fui dependente químico. Fui um usuário até amador perto dos amigos. Ele [Casa Grande] viveu um drama em que teve que baixar todas as guardas para escrever. Ele, que era um ídolo, teve que assumir publicamente que é dependente químico. É muito semelhante ao meu caso que tive que assumir e debater publicamente mi-



ARQUIVO PESSOAL

“ A SOCIEDADE BRASILEIRA É MUITO PROGRESSISTA. ELA PRECISA PENSAR NO FUTURO, NÃO NO PASSADO. (...) O RACISMO VAI ACABAR, NÃO TEM COMO SE SUSTENTAR.

nha questão da deficiência física. Sempre tem algo em comum com o que vivi ou o que vivo e aquilo que vou contar.

Frei Betto Você acha que os partidos progressistas têm um projeto de Brasil ou estão reféns dos ciclos eleitorais?

Ninguém tem projeto de Brasil, ninguém, nem a esquerda. Aliás, hoje o único grupo que tem um projeto, curiosamente, é o do Bolsonaro, que tem um projeto de país conservador, ligado ao liberalismo econômico, de Estado mínimo e avanço da fronteira agrícola sobre a natureza, desenvolvimento a qualquer preço e que tem uma pauta religiosa clara, antidemocrática, de condenar os movimentos sociais. Enfim, é o único grupo político que deixa claro o que quer, que é um horror, um pesadelo. Mas nós da esquerda e a centro-esquerda não temos nada, não temos plataforma política, e o Centrão só quer o poder.

Juca Kfour No que o seu corinthianismo influencia na luta por democracia? Ou é vice-versa?

Minha paixão pelo Corinthians nasceu na Democracia Corinthiana. Eu era flamenguista. Morava no Rio. Vim morar em São Paulo. Naquela época, se você torcia para um time de massa de uma cidade, quando se mudava, transferia seus votos para o time de massa local.

Na Democracia Corinthiana, meu amor pelo Corinthians se fortaleceu muito porque me identifiquei demais com aquele time. Não só pela luta democrática, mas pelo comportamento, rebeldia, ligação com a classe artística, amizade, alegria. E esse comportamento se transportou para a torcida até hoje. É o único estádio em que o Bolsonaro não vai. É uma torcida que luta aguerridamente contra o fascismo, a ditadura, o racismo, pela liberdade. Até a Marielle já foi tema da camisa do time

de basquete do Corinthians. Tenho muito orgulho e quero que a torcida continue deste jeito: ligada aos movimentos sociais.

Carlos Alberto Azevedo – Recentemente li que sua família e a de Bolsonaro moravam na mesma cidade no Vale do Ribeira. O que você lembra sobre isso? Algum contato? Essa vizinhança teve algo a ver com a prisão de seu pai?

É a família do meu avô que morava na mesma cidade. A família Paiva. Só que meu pai era brigado com essa família e é por isso que nós morávamos no Rio de Janeiro. Eu morava no Rio, e a gente ia muito pouco a essa fazenda. Era muito longe, uma região muito inóspita. Até por isso que o [capitão Carlos] Lamarca fez a guerrilha lá. Cheguei a andar à cavalo, tinha meus primos... Mas não convivi com o pessoal da cidade. A fazenda era fora da cidade.

Xico Sá Como você imagina, amigo, que o Brasil vai sair – se é que vai sair – dessa cruzada de trevas do bolsonarismo? Use toda a imaginação do grande escritor que és.

Acho que vai sair, sim, como já foi enterrado o malufismo, como foi enterrado todo o grupo do [ex-presidente e senador Fernando] Collor, como acabou a ditadura. Dá para sair, mas vai demorar. Bolsonaro tem muito prestígio e penetração especialmente na classe média, não tanto nas classes populares. Muita luta na rua, tudo de novo. Democracia é uma guerra.

Toda essa loucura bolsonarista não se sustenta. Destruir a Amazônia... Ninguém quer isso. Liberar a pesca, ninguém quer. Ninguém quer esse discurso de ódio para acabar com os movimentos sociais. A democracia vive a base de movimentos sociais, das ONGs. Ninguém quer xenofobia mais. Do que adianta ter um discurso religioso, xenofóbico? Censurar filmes e livros sobre o tema... A sociedade é gay, a sociedade é tolerante, a sociedade quer avançar e quer ser laica. Claro que tem os 15% de loucos fundamentalistas, tanto em relação ao conservadorismo, quanto à religião. Mas, no grosso, a sociedade não quer isso. A sociedade brasileira é muito progressista. Ela precisa pensar no futuro, não no passado. Bolsonaro propõe a volta ao passado. Vai chegar um momento em que esse discurso vai se desgastar e essa prática de ódio, de violência, agressividade, essa polícia assassina que mata e que bate, essa carta branca ao assassinato de gente pobre, negra... o racismo vai acabar, não tem como se sustentar.

Infelizmente este é um dos períodos da história em que há os retrocessos, como diria Lênin: recua um passo para avançar dois. Nós estamos recuando um passo, surpreendentemente. Isso está acontecendo no mundo todo. Um fenômeno mundial de descrédito do quê? Do Capitalismo que nos levou a esse impasse de uma sociedade

Marcelo Rubens Paiva

“ EXISTEM SEMELHANÇAS [COM O REGIME MILITAR DE 1964]. MAS A LIBERDADE DE EXPRESSÃO AINDA ESTÁ GARANTIDA. É IMPOSSÍVEL FAZER A CENSURA COMO HAVIA ANTIGAMENTE.

tão desigual em que existe um homem como o dono da empresa Amazon e um monte de lojinha falindo; um grupo dono da Uber e um monte de taxista falindo ou mesmo motoristas da Uber trabalhando catorze horas por dia para ganhar um salário irrisório; hotéis que estão quebrando por conta do Airbnb. Isso está alimentando o impasse de como você distribui a renda no Capitalismo. A renda está se concentrando cada vez mais. E essa concentração de renda está colocando gente da classe média em situação de dificuldade e nutrido esse discurso de ódio. Isso ocorreu na revolução industrial. Foi daí que nasceu o Nazismo e o Fascismo e as ditaduras de Vargas e Perón, quando, por conta da Revolução Industrial, muita gente ficou sem trabalho, ficou na rua. Quebrou a bolsa de 29. E está acontecendo agora. Quebrou a bolsa em 2009, e muita gente está achando que a saída é o fim do sistema democrático e a retirada de direitos. Não é. É o contrário. A saída é o fim do sistema econômico que criou esse cenário que a gente está vivendo.

Rose Nogueira Vivemos num Brasil em que existe um tipo de censura velada, não assumida, em que servidores da Ancine são impedidos de assistir “A Vida Invisível”, de Karim Aïnouz; cartazes de filmes nacionais são retirados...; jornalistas são ameaçados... Meu medo é que isso leve à autocensura de artistas, escritores e jornalistas. Como você vê o futuro do jornalismo e da cultura no Brasil?

A autocensura já está ocorrendo não só na cultura, mas na imprensa. Meu maior temor é este: quando a sociedade civil abandona seus princípios por medo. É terrível, perigoso. Tem um silêncio da classe artística em relação a muitas coisas que estão acontecendo. Quando, por exemplo, houve a indicação para a Fundação Palmares daquele ativista [jornalista Sérgio Nascimento de Camargo] que disse que a escravidão foi boa para o Brasil, li que tinha uma manifestação em frente ao prédio, lá em Brasília, imaginei que tivessem 100 mil pessoas. Tinham oito, dez, com cartazinhos de cartolina. Onde é que está o movimento negro, o movimento dos direitos civis? É escandaloso o que está acontecendo na Ancine, na Biblioteca Nacional, na Educação. Como é que tem um ministro que acusa universidades federais de serem plantações extensivas de maconha? A Ancine está paralisada, há um ano não aprova ou dá andamento a projetos. Os funcionários, os artistas estão com medo. Todos os produtores fechando as portas para projetos mais polêmicos. Começo a me perguntar se daqui a pouco eles [produtores] vão começar a fazer projetos do fundamentalismo bolsonarista.

A intervenção do governo na cultura brasileira é muito grande. Enquanto estiver havendo o fechamento do apoio fede-

ral à cultura brasileira, que é ideológico, porque é um grupo que não se interessa em literatura, cinema, teatro, a gente pode se livrar um pouco dessa dependência e começar a construir uma economia sustentável, de cultura sustentável, à espera de um governo que goste de cultura e que volte a apoiá-la.

Se por um lado há esse fechamento, por outro, estão se abrindo portas do novo fenômeno que é da internet: grandes empreendimentos de streaming. Existem Netflix, HBO, Amazon Prime, Apple TV, a Globo-play. Tem o youtube... E o que mais virá por aí. O filme do Fernando Meirelles, o “Dois Papas”, foi patrocinado pelo Netflix.

Unidade – Que semelhanças e diferenças existem entre o momento em que vivemos e aquele de sua infância e adolescência na ditadura de 1964?

Existem semelhanças. Mas a liberdade de expressão ainda está garantida. É impossível fazer a censura como havia antigamente: colocar um censor em cada jornal, em cada emissora de televisão e pronto, você controlava as informações. Não dá mais para fazer isso porque tem o twitter, Instagram, Facebook, tem a rede social. É impossível exercer a censura sobre esse fenômeno que é a multidistribuição de notícias via internet. Posso não ter projeto aprovado pela Ancine, mas com uma câmera de iphone posso fazer algo e colocar no Youtube, e isso pode ter repercussão incrível.

Mônica Zarattini O que significa, hoje, setores do poder e do governo retomarem a possibilidade da vigência de um novo AI-5?

Estudei bastante o AI-5. Tenho no meu computador todas as atas, os áudios. O AI-5 é o fechamento do Congresso. Querem o AI-5 para quê? Fechar o Congresso e aprovar suas reformas? Não tem como. Tem que fechar o Supremo também. Tem que fechar todo o sistema jurídico. Naquela época era fácil, hoje em dia não dá mais.

Unidade Os militares chegaram ao poder pelo voto? Por que não foi preciso dar um golpe desta vez ou foi?

Houve golpe em 2016. Muito semelhante ao Golpe de 1964. Essa onda de fake news e WhatsApp lembram muito o que o IPESS [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais] e o IBAD [Instituto Brasileiro de Ação De-

mocrática] faziam. Aqueles informetes e artigos de jornais falando de ameaça comunista, eram muito parecidos, a ameaça vermelha. Foi um golpe civil, como foi o Golpe de 64, com apoio dos militares. Derrubaram a Dilma. Um impeachment político, insano, com apoio de grande parte da imprensa, de setores da sociedade. Marina Silva apoiou o impeachment. O PSDB apoiou o impeachment. Foi escandaloso.

Em dois anos de governo [Temer], os militares se aproximaram de Bolsonaro. E Bolsonaro, que não é militar, é um capitão reformado que foi expulso [do Exército]. Com o discurso da desordem, criado por eles mesmos [golpistas], [Bolsonaro] foi eleito democraticamente. Mas, tudo isso prendendo o candidato favorito, o Lula. Foi uma série de complôs.

Os militares não precisaram dar um golpe porque o golpe estava dado e, agora, estão no poder e pode ser que sejam até reeleitos. Mas, mesmo que quisessem dar um golpe como em 1964, os militares teriam dificuldade porque não têm o mesmo apoio e organização que tinham. No século passado enfrentaram os nazistas na Europa. O Exército era uma instituição importantíssima na história desde o Tenentismo.

Unidade Há relação entre a destruição da Amazônia, a violência no campo, nas periferias e morros de grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo em que tivemos casos recentes de massacres e violência policial, como Paraisópolis?

As bases eleitorais do Bolsonaro foram a Polícia Militar; os bombeiros; os militares; o policial de ronda, do dia-a-dia; as Forças Armadas. Se tem uma liderança política que é contra os movimentos sociais, que é racista, que defende ações mais contundentes da polícia, que é contra os direitos humanos, que defende execução, fuzilamento, é claro que o policial de ronda acaba inspirado. Quem botou fogo na Amazônia sentiu-se inspirado. Bolsonaro defende que haja uma ocupação mesmo. Há um incentivo. É um discurso do Estado atual, do governo brasileiro, de que o índio é “preguiçoso”, quer ser “aculturalizado” (os generais falam isso), “não quer ficar no meio da mata”. É uma noção deturpada e até antiga. Parece o general [George Armstrong] Custer falando que os índios estão atrapalhando o progresso, quando na verdade estão defendendo a Amazônia.

Unidade Em que você está trabalhando agora?

Tenho feito muito projeto de série de televisão e sou blogueiro, tuiteiro, ativista. Estou de olhos abertos. Muito amigo meu entrou em pânico, ficou desesperado... Eu falava: “Gente, a gente já derrubou uma ditadura, vamos derrubar este governo, vamos lutar! Vamos defender o que é justo!”

Continuo com os meus ideais preservados. Não me autocensuro. Já fui boicotado em entrevistas por causa das minhas opiniões. Mas a direita não me enche o saco, porque sabe quem eu sou. Escrevi uma coluna dizendo: “Sou de esquerda. E daí?”. Depois disso pararam de me encher. Admiro o governo Lula em alguns aspectos. Acho que foi um governo muito progressista, especialmente em relação à distribuição de renda. Mas critico a corrupção na Petrobras e nos Correios. Acho que a escolha da Dilma não foi uma boa, o próprio Lula já admitiu isso. Não culpo o PT pelo fascismo que estamos vivendo, mas não o isento completamente.

Encontrei o [ex-presidente do PT, José] Genoíno outro dia. Sou fã dele. Falei: “Genoíno, você foi o cara do Ministério da Defesa. Como é que deixaram isso acontecer?” As escolas militares continuaram tratando a história como se estivéssemos na Guerra Fria. Ele respondeu: “A gente tentou, mas é muito difícil, mesmo para o ministro da Defesa. A gente não tinha a menor chance de entrar e saber o que estava acontecendo.”

Um dos assuntos sobre o qual escrevo é o do controle civil sobre as Forças Armadas. A gente achou que existia, mas é artificial.

O primeiro ministro da Defesa foi do Fernando Henrique. Na época, escrevi um artigo para a Veja de que a ditadura não tinha se encerrado, e cobrando FHC de que, dos seis pilares que definem uma democracia, dois não haviam sido cumpridos: o controle civil das Forças Armadas e o reconhecimento dos mortos e desaparecidos. Aí ele instituiu o Ministério da Defesa e a lei de mortos e desaparecidos. Mas até hoje não há controle das Forças Armadas. Nós estamos em uma democracia bamba. E é isso que se viu agora: de repente um general entrou no Supremo e se sentou lá, como assessor. Pede-se a volta do AI-5, há não sei quantos militares no poder. Faz 520 anos que estamos sob uma ditadura.

Unidade Que mundo espera deixar para os seus filhos?

Nossa! Terrível, né? Tenho pena deles. [Risos] Primeiro por causa da loucura das redes sociais, das telas, dos games... Que saudades da época que vivi da literatura. Acabou o altruísmo humano. Esse ódio que está havendo entre as pessoas... Parece que as pessoas perderam a empatia. O Bolsonaro não tem empatia por nada, só por garimpeiro. O pai dele foi garimpeiro em Serra Pelada. É assustador saber que meus filhos estão vivendo este período. ■

COJIRA

Agência Alma Preta: a nova imprensa negra

por Flavio Carrança

Criado por um grupo de estudantes de comunicação da Unesp, o site Alma Preta se define como uma agência de jornalismo independente especializado na temática racial do Brasil, cujo conteúdo oferece reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. Além de estabelecer parcerias com diversas organizações do movimento negro e de defesa de direitos, a agência possui, há algum tempo, uma parceria fixa de fornecimento de conteúdos ao Yahoo Notícias, que ajuda a ampliar seu alcance e proporciona uma receita importante para sua consolidação.

É possível afirmar que o surgimento do Alma Preta e o de outros veículos similares – alguns anteriores, como o Portal Geledés e Correio Nagô, ou posteriores, caso da Mídia 4P e Notícia Preta – assinala o início de um novo período na história da imprensa negra brasileira, marcado pelo uso qualificado das mídias digitais.

Pedro Borges, um jovem jornalista paulistano da Vila Brasilândia, cofundador e editor-chefe do Alma Preta, vê um cenário positivo, de expansão desse segmento: “São várias iniciativas interessantes de mídia negra e acho que elas têm tentado fazer uma cobertura para além de casos de discriminação racial, uma cobertura de uma agenda nacional, o que dialoga muito com o momento do movimento negro no Brasil, que é de pautar a centralidade do racismo, de querer ocupar um lugar de maior protagonismo no debate político brasileiro. A mídia negra tem acompanhado bastante esse processo. Apesar da limitação, por conta das questões de infraestrutura e financeira, ela [a agência Alma Preta] tem conseguido dar uma resposta bastante interessante ao seu tempo”, avalia.

A ideia de fazer alguma coisa, que depois se tornaria o Alma Preta, surgiu em 2015, como resultado das inquietações de estudantes negros da Faculdade de Jornalismo da Unesp de Bauru, no interior do estado de São Paulo. Pedro Borges ingressou naquela universidade em 2011, mesmo ano em que chegava à escola o professor Juarez Xavier, um conceituado pesquisador de comunicação e experiente militante do movimento negro brasileiro. O cruzamento dessas trajetórias em um contexto de efervescência, com intensa discussão da temática racial, a partir de 2014, por conta do início da implementa-



ARQUIVO PESSOAL

ção da política de cotas na universidade, iria contribuir em muito para a gestação e o nascimento do projeto Alma Preta.

Juarez Xavier lembra que, a partir de 2015, alunos e alunas negros passaram a ingressar na universidade de forma significativa, o que gerou alguma reação de estudantes que se sentiam prejudicados por isso, com pichações racistas e pequenos enfrentamentos. Ao mesmo tempo, essa situação suscitou, entre 2014 e 2017, o surgimento crescente de coletivos de negros, mulheres, gays, lésbicas, trans, uma população que passa a entrar nos principais cursos da universidade, a se manifestar, e começa a ter a necessidade de se organizar para fazer a defesa dos seus direitos. Nesse contexto, Pedro Borges ajuda a fundar o Coletivo Negro Kimpa, nome que homenageia “uma revolucionária libertária, ancestral negra”, nas palavras do professor.

Para Juarez, entre as condições que permitiram o surgimento do projeto Alma Preta na Unesp de Bauru, foi importante a formação de uma massa densa e articulada política de jovens negros distribuídos pelas três faculdades daquele câmpus. São os jovens, segundo o professor, que vêm da periferia de São Paulo ou de outras cidades, que trazem uma leitura sobre a questão étnico-racial, uma cultura de organização do hip hop ou da capoeira, do candomblé ou dessas tradições mais



ARQUIVO PESSOAL

Pedro Borges e Iacy Correia: mídia negra faz cobertura para além dos casos de discriminação racial e produz conteúdos com foco na autoestima

que trabalhava no Instituto Lula. “Iacy foi a primeira pessoa de fora que entrou no Alma Preta – vamos dizer fora da patotinha dos amigos. E ela via o Alma Preta não como um trabalho, porque naquele momento ainda não era remunerado, mas via aquilo de uma maneira profissional. Ela foi fundamental para a gente se profissionalizar, conseguir se desenvolver, isso em 2016, depois do primeiro ano”.

Iacy, que fez mestrado em Comunicação em Toulouse, na França, está novamente por lá fazendo cursos, agora em Marselha. Ela nos enviou um curto depoimento que expressa sua visão do Alma Preta: “A grande mídia é branca, elitista e não se importa com o ponto de vista de pessoas negras e das periferias. Dessa forma, as mídias independentes periféricas, como o Alma Preta, têm um papel importante na construção de uma sociedade mais igualitária, não apenas denunciando esse descaso social e o racismo vigente na nossa sociedade, mas também produzindo conteúdos com foco na autoestima e no combate ao epistemicídio.” Para quem não está familiarizado com essa última palavra, a filósofa e militante antirracista Sueli Carneiro a define como “negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade (...)”

recentes da organização da população negra. Isso – diz ele – favoreceu também o surgimento do Alma Preta: “Eles tiveram um rápido processo de formação política que propiciou a esse núcleo, que vai formar o Alma Preta, um salto de qualidade muito rápido na leitura sobre a questão étnico-racial.” O professor acrescenta a esse fator o contato com o conceito de mídia radical, cujo estudo, afirma, permitiu a compreensão da importância de uma contranarrativa a partir de uma perspectiva subalterna. E completa com o fato de esses estudantes terem passado a atuar politicamente no câmpus, na cidade e, mesmo, em escala nacional.

O primeiro integrante do grupo inicial do Alma Preta – formado também por Vinícius de Araujo e Sólon Neto – a sair de Bauru, em 2016, foi Pedro, seguido pelos demais integrantes no ano seguinte. Ele explica que, passada a fase inicial de implantação, a equipe veio para São Paulo e a preocupação maior, que já existia desde o início, passou a ser a profissionalização do projeto. “Conforme as coisas foram acontecendo, a gente foi acompanhando a agenda do movimento negro, fazendo cobertura. As pessoas foram começando a nos procurar cada vez mais, e a equipe foi se convencendo de que dava para profissionalizar essa parada.”

Pedro destaca a importância da entrada no Alma Preta da jornalista Iacy Correia,

CRÔNICA



PIXABAY.COM

Torneira quente no banheiro e azeitona preta

por Zé Hamilton Ribeiro

Quando completei 60 anos de reportagem, uma escola de jornalismo convidou-me para uma palestra. Fui então discorrendo, com uma boa cola para auxiliar a memória, dos tempos em que a gente trabalhava com um tacho de cobre fervente ao lado da redação (para fundir as letras, uma por uma, do jornal inteiro), depois a batalha das laudas e das “olivetti” (máquinas de escrever), a chegada do fotolito e do “off-set”, por fim o domínio do computador e, com ele, a maior revolução tecnológica da imprensa desde Guttemberg.

O pessoal ouvindo, com respeito e paciência. No fim, os aplausos educados, e a abertura para perguntas.

Depois de várias questões e as devidas respostas (quando eu sabia...), uma jovem levantou-se:

— “Zé Hamilton, o que você aprendeu nesses 60 anos de jornalismo que possa passar como lição para nós, agora?”

Respondi: “Aprendi duas coisas. Primeira: em geral, nos banheiros, torneira quente é a da esquerda. Segunda: azeitona preta é tingida.”

Houve algumas risadas, pensei que haveria novas perguntas, de outros assuntos, mas aí levantou-se outra mocinha e disse que tinha passado férias na Grécia e visto lá, nos pés de oliveira, tanto azeitonas verdes como pretas.

— “Então há sim, na natureza, tanto azeitonas de uma cor como de outra. Quer dizer, você não disse a verdade sobre essa sua segunda questão!”

Tem receber então uma tremenda vaia

do auditório lotado. Houve um silêncio perigoso que fiquei sem saber para onde iria, se pra uma situação constrangedora para mim, ou não. Mas eu tinha uma carta na manga. Dirigi-me para a viajante da Grécia:

— “Você viu a azeitona preta no pé, pois não? Você a comeu?”

— “Não, ninguém consegue tirar uma azeitona do pé e comer! Ela é amarga e adstringente, ninguém consegue mastigar, que dirá engolir!”

— “Aí é que está. Azeitona, verde ou preta, passa por um processo de curtimento. No caso da preta, para ela se transformar em azeitona de mesa, dessas gordonas que a gente acha no Mercadão, esse curtimento é feito numa tintura preta, e isso é que as faz “engordar” e ficar gostosonas, com aquele tanto de sal e aquela cor.”

Não sei se consegui ganhar crédito de todo mundo lá presente, mas só passei o

que aprendi quando visitei, para reportagem do Globo Rural, uma fábrica de azeite e azeitona de mais de 150 anos em Portugal. Quando a moça disse que viu azeitona preta nas oliveiras da Grécia, fiquei um pouco em dúvida porque não vi, em Portugal, azeitona

preta nas árvores, só marrons. As azeitona, digamos, madura nos pés em Portugal, ficam marrons.

Algo que tinha me intrigado no Algar que a equipe visitou em Portugal é que, para fazer azeitonas pretas de mesa, entram para a tina com a tintura para o curtimento, tanto as azeitonas marrons (“maturas”) como as verdes. No caso, não importa com que cor elas entram, mas sim com que cor elas vão sair.

Houve outras perguntas, de outros assuntos, o papo rolou mais uns 20 minutos e, quando a sessão estava terminando, um jovem disse que ia perguntar de verdade, mas era brincadeira, que eu não me aborrecesse.

— “Mas o senhor, em 60 anos de reportagem, só aprendeu mesmo essas duas coisas?”

— “Bem, nessa profissão, meu amigo, o resto você tem que aprender todo dia.”



COLUNA DO JUCA

E quando vierem buscar os patrões?

por Juca Kfourri

O querido e renovado **UNIDADE** pede um texto de 2.500 toques “sobre jornalismo, alguma história de vida de profissão”, escreve seu editor Sérgio Kallil.

Bem que eu poderia, tantas são as histórias em 50 anos de estrada.

Mas não quero.

“Pifilo”, como dizia minha neta Julia quando pequena, manifestar minha perplexidade sobre como nós, jornalistas, temos tratado com naturalidade verdadeiros absurdos cometidos pelo desgoverno que nos infelicita e ameaça.

Sim, ameaça.

A infelicidade é jogo jogado, fruto de eleição, manipulada é verdade, apenas mais um dado da realidade que está incorporado, naturalmente.

A bola da vez tratada sem a devida indignação é a criação pelo presidente de extrema-direita, classificação óbvia e também posta a escanteio como para não ferir suscetibilidades, da Aliança para o Brasil.

Então o ex-capitão do Exército, apaixonado por torturadores, fã de ditaduras, tenta criar um partido três oitão, cujo símbolo são cartuchos balas dos mais diversos calibres e nossa imprensa mais visível não se indigna?

Será que eu é que estou encarnando o Ubaldo, o paranoico do imortal Henfil?

Ubaldo, para quem não sabe, foi personagem criado pelo genial cartunista que ao pegar um táxi nos tempos da ditadura, e ouvir o motorista perguntar para onde ele ia, respondia: “Vou pra casa da minha mãe. Só vou pra casa da minha mãe, eu juro!”

É assustador o silêncio clamoroso sobre iniciativa tão escandalosa como a tal Aliança.

Será preciso repetir Bertold Brecht:

“Primeiro levaram os negros Mas não me importei com isso Eu não era negro Em seguida levaram alguns operários Mas não me importei com isso Eu também não era operário Depois prenderam os miseráveis Mas não me importei com isso Porque eu não sou miserável Depois agarraram uns desempregados Mas como tenho meu emprego Também não me importei Agora estão me levando Mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém Ninguém se importa comigo”.

Convenhamos que estamos diante de ameaças que extrapolam o Fla-Flu brasileiro ou as divergências entre esquerda e direita.

A sordidez e intolerância bolsonaristas põem em xeque a democracia, a cidadania, a civilidade, a boa educação, o diabo a quatro e não podem ser tratadas como folclore, como extravagâncias, como mais uma bobagem dos obscurantistas.

O que mais espera a grande imprensa para denunciar o retrocesso em marcha?

Que eles peguem os negros, os operários, os miseráveis, os desempregados?

E quando pegarem os jornalistas, os artistas, os empresários?

IMAGEM

A dor de Paraisópolis

Ensaio de Daniel Arroyo

Daniel Arroyo, da Ponte, é fotógrafo da massa, de manifestações, expressões da cultura e lutas populares. Está onde o povo está. Por seu trabalho, foi agredido e ameaçado. Neste ano, levou um tiro de bala de borracha no joelho, disparado pela Polícia Militar, ao cobrir uma manifestação contra o aumento da tarifa de transporte. Recentemente, durante protesto contra a morte de nove jovens em ação policial em baile funk, na favela de Paraisópolis, em São Paulo, policiais militares ameaçaram apreender o material do fotógrafo.

Seu relato sobre essa cobertura:

“Acompanhei de perto os protestos em Paraisópolis. Segundo relatos e vídeos, no domingo (1º de dezembro), o baile, conhecido como Baile da D17, foi invadido por policiais militares, que usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, resultando na morte de nove jovens, entre 14 e 24 anos. O baile é frequentado por pessoas de várias regiões. Isso explica por que os jovens vitimados não eram moradores de Paraisópolis.

O primeiro protesto ocorreu no domingo da violência. Cerca de 200 moradores participaram do ato, que percorreu as ruas da favela. No percurso, moradores gritavam por ‘justiça!’ e ‘assassinos!’.

O segundo foi na quarta-feira (4 de dezembro). Teve como destino o Palácio dos Bandeirantes e buscou um encontro com o governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Moradores e familiares das vítimas foram impedidos pela Polícia Militar de avançar até o palácio. Só depois de uma hora e meia o governador os recebeu.

Como resultado deste encontro foi criada uma comissão, composta por um membro de cada família de vítima, representantes do Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), um da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e dois da associação de moradores de Paraisópolis, para acompanhar a investigação das mortes.”



1 Parentes de Denys Gabriel participam da caminhada de quarta (4/12)

2 Moradores de Paraisópolis protestam contra a violência no domingo (1/12), poucas horas depois das mortes

3 Moradores e a barreira policial que protegia o governador (em 4/12)

